

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011
CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CARGO: **PROCURADOR**

CADERNO DE PROVAS

Nome por extenso: _____

1. Escreva na capa deste Caderno de Provas seu nome completo (com letra de forma).
2. Este Caderno de Provas contém 01 (uma) questão de Redação e 40 (quarenta) questões objetivas, numeradas de 01 a 40, sendo:
 - 10 (dez) de Língua Portuguesa;
 - 10 (dez) de Conhecimentos Gerais; e
 - 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos.
3. A duração da prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas e Folha de Redação, únicos documentos válidos para a sua avaliação.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos Fiscais.
5. A prova é individual, sendo vedada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
6. Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta, qualquer sistema de comunicação ou que desatender às orientações constantes neste Caderno de Provas, na Folha de Respostas, na Folha de Redação ou aquelas emanadas pelos Fiscais.
7. Em cada questão objetiva, há cinco alternativas (A, B, C, D e E) e somente uma resposta correta.
8. O candidato somente poderá entregar o seu Caderno de Provas, sua Folha de Respostas, sua Folha de Redação e sair da sala após às 14 horas.
9. Ao receber sua Folha de Respostas, proceda da seguinte forma:
 - a) verifique se os dados pré-impressos estão corretos. Constatado algum erro, comunique o Fiscal para que conste em ata a informação correta;
 - b) assine no local indicado;
 - c) preencha corretamente, com caneta esferográfica, ponta média, tinta azul-escuro ou preta, o campo correspondente à alternativa que considera correta em cada questão;
 - d) não amasse ou dobre, nem rasure a Folha de Respostas ou a Folha de Redação.
10. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal da sala, obrigatoriamente: o Caderno de Provas, a Folha de Respostas devidamente assinada e a Folha de Redação.
11. Os dois últimos candidatos de cada sala de prova, somente poderão entregar seu Caderno de Provas, a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Redação e retirar-se do local simultaneamente.

----- DESTAQUE ESTE ESPAÇO PARA LEVAR SUAS ANOTAÇÕES -----

1	A	B	C	D	E	11	A	B	C	D	E	21	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E										
2	A	B	C	D	E	12	A	B	C	D	E	22	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E										
3	A	B	C	D	E	13	A	B	C	D	E	23	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E										
4	A	B	C	D	E	14	A	B	C	D	E	24	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E										
5	A	B	C	D	E	15	A	B	C	D	E	25	A	B	C	D	E	35	A	B	C	D	E										
6	A	B	C	D	E	16	A	B	C	D	E	26	A	B	C	D	E	36	A	B	C	D	E										
7	A	B	C	D	E	17	A	B	C	D	E	27	A	B	C	D	E	37	A	B	C	D	E										
8	A	B	C	D	E	18	A	B	C	D	E	28	A	B	C	D	E	38	A	B	C	D	E										
9	A	B	C	D	E	19	A	B	C	D	E	29	A	B	C	D	E	39	A	B	C	D	E										
10	A	B	C	D	E	20	A	B	C	D	E	30	A	B	C	D	E	40	A	B	C	D	E										

REDAÇÃO

O emprego de tecnologia como meio para o desenvolvimento social é mundialmente reconhecido. Há uma relação direta do acesso às tecnologias da informação e da comunicação com empregabilidade; muitos empregos são gerados sob o impacto da tecnologia. Porém, programas de governo para atualização e expansão de inclusão digital exigem aplicação de recursos financeiros e contratação de profissionais para aplicar tais programas.

Disserte, em um texto de 15 a 25 linhas, respondendo à questão que segue: como você vê o investimento do governo em programas denominados de inclusão digital no que se refere ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos no país?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

ATENÇÃO:

- utilize o espaço acima para rascunhar seu texto;
- a versão definitiva deverá ser transcrita para a Folha de Redação;
- não faça nenhum tipo de marca, sinal ou assinatura que possa identificá-lo na Folha de Redação.

LÍNGUA PORTUGUESA

Apelo

Dalton Trevisan

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(Disponível em: <http://co-lirius.blogspot.com/2007/07/apelo-dalton-trevisan.html>. Acesso em: 19 jun. 2011).

Questão 01

O texto de Dalton Trevisan retrata fundamentalmente:

- A) o esquecimento do narrador, relativamente à mulher, uma vez que sua vida doméstica continua em desordem.
- B) a falta que uma empregada doméstica faz em um lar masculino.
- C) a saudade da mulher amada que o narrador insinua, através, principalmente, do desarranjo físico em que se encontra a casa, resultante da ausência da mulher.
- D) a inexistência de qualquer sentimento positivo do narrador, em relação à mulher.
- E) o ponto de vista feminino, quanto ao abandono do lar.

Questão 02

Em: “Amanhã faz um mês...” (1º§), o sujeito é inexistente; assinale a opção em que ocorre o mesmo fato, ou seja, a frase a seguir em que se verifica a inexistência de tal função sintática.

- A) Choverão pedidos de auxílio.
- B) Deve haver muitos ingressos ali.
- C) Saíram da sala apressadamente.
- D) Ouviram-se dois sinais.
- E) Trata-se de um caso raro.

Questão 03

No trecho: “E comecei a sentir falta das pequenas brigas...” (3º§), a concordância nominal está correta; assinale a alternativa abaixo em que se verifica a mesma correção.

- A) Leu uma e outra crônica.
- B) Aquelas pessoas são pseudas-artistas.
- C) Viviam isolados, completamente só naquela região.
- D) Vai anexo a declaração solicitada.
- E) Vimos filmes o mais românticos possíveis.

Questão 04

Na passagem: "... o leite primeira vez coalhou." (2º§), a concordância verbal está perfeita; assinale a opção abaixo que **contradiz** a norma padrão.

- A) Reclamou do acordo proposto o diretor e o assistente.
- B) Entregamos o exercício tua prima, minha irmã e eu.
- C) A maioria dos presentes aplaudiu o espetáculo.
- D) Quais de nós sairá mais cedo amanhã?
- E) Foste tu que me ensinaste a lição.

Questão 05

Em: "Às suas violetas, na janela,..." (3º§), o acento indicativo da crase está de acordo com as normas gramaticais vigentes; identifique o item a seguir no qual se **contradiz** a obediência às normas.

- A) Nossa firma está à serviço da prefeitura.
- B) Quanto às duas decisões, acato-as todas.
- C) Referiu-se àquele pequeno desagravo.
- D) Não fizemos alusão à que estava de blusa vermelha.
- E) Entregaremos os livros à Maria e à Eduarda.

Questão 06

Na passagem: "... os guardou debaixo da escada." (2º§), a regência nominal obedeceu às determinações vigentes; mas abaixo há uma opção em **contradição** à correção da norma padrão, identifique-a.

- A) Era avesso a discursos longos.
- B) Estava cego a todos os avisos.
- C) O tratamento foi benéfico comigo.
- D) Estas atitudes nos parecem coevas do século passado.
- E) Meu quarto era contíguo ao banheiro.

Questão 07

Se compararmos a palavra sublinhada na frase: "pilha de jornais ali no chão, ..." (2º§), com a palavra sublinhada no período: "Esqueci-me de comprar pilha para o rádio", veremos que, semanticamente, elas são:

- A) sinônimas.
- B) antônimas.
- C) parônimas.
- D) metáforas.
- E) homônimas.

Questão 08

O item a seguir em que se verifica, pelo menos, uma palavra com **erro** de grafia é:

- A) exceção / extenso.
- B) obsessão / obcecado.
- C) extinguir / arguir.
- D) extemporâneo / extenuar.
- E) miscigenação / florecer.

Questão 09

A única palavra que obedece à mesma regra de acentuação de **área** é:

- A) história.
- B) sintético.
- C) está.

- D) também.
- E) científico.

Questão 10

Assinale a alternativa em que o pronome possessivo foi usado **incorretamente**.

- A) Vossa Senhoria trouxe seu discurso?
- B) Vossa Reverendíssima queira desculpar-me se interrompo vosso trabalho.
- C) Voltando ao Vaticano, Sua Santidade falará a fiéis de todas as partes.
- D) Informamos que Vossa Excelência e seus auxiliares conseguiram muitas adesões.
- E) Sua Excelência, a senhora Presidente, delegou a seu secretário a incumbência de representá-la no evento.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 11

Considerando a Lei Municipal n.º 1.240/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão.
- B) Quadro é o conjunto de carreiras e cargos em comissão.
- C) O vencimento dos cargos públicos obedecerá a padrões fixados em lei.
- D) Carreira é o grupamento de cargos da mesma profissão ou atividade e de igual padrão de vencimento.
- E) Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições previstas em lei ou regulamento.

Questão 12

Com observância do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, assinale a alternativa cuja definição é “o reingresso no serviço público do funcionário posto em disponibilidade”.

- A) Reintegração.
- B) Aproveitamento.
- C) Reversão.
- D) Readaptação.
- E) Substituição.

Questão 13

Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, com a alteração feita pela Lei Municipal n.º 1.340/1993, qual o prazo máximo para concessão de licença para trato de interesses particulares?

- A) Cinco anos.
- B) Três anos.
- C) Dois anos.
- D) Um ano.
- E) Seis meses.

Questão 14

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia:

- I. serão relevadas até 5 (cinco) faltas do funcionário durante o mês, motivadas por doença comprovada em inspeção médica.
- II. o funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou da remuneração diária quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho.
- III. o funcionário perderá o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo legal ou moléstia comprovada.

IV. o funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração durante o período de afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva a pena que não determine demissão.

Marque a alternativa correta.

- A) As assertivas II e III estão corretas.
- B) As assertivas III e IV estão corretas.
- C) As assertivas I e IV estão corretas.
- D) As assertivas II e IV estão corretas.
- E) Somente a assertiva I está correta.

Questão 15

Com base na Lei Municipal n.º 1.240/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou representar, cabendo recurso do indeferimento do pedido de reconsideração e das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- B) O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em 2 (dois) anos, quanto aos atos de que decorreram demissões, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- C) O pedido de reconsideração não tem efeito suspensivo.
- D) Conta-se o prazo de prescrição da data da publicação oficial do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, da data da ciência do interessado.
- E) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até 2 (duas) vezes.

Questão 16

Conforme a Lei Orgânica do Município de Clevelândia, é da competência do Município em comum com a União e o Estado:

- A) legislar sobre licitação e contratação em todas as modalidades, para administração pública municipal, direta e indiretamente, inclusive as fundações municipais respeitando as normas gerais da legislação Federal e Estadual.
- B) elaborar e executar o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- C) impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- E) elaborar o seu plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e seus orçamentos anuais.

Questão 17

Com base na Lei Orgânica do Município de Clevelândia, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre a criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas Municipais.
- B) É da competência exclusiva da Câmara Municipal elaborar seu Regime Interno.
- C) A Câmara Municipal, pelo seu Presidente, bem como qualquer de suas comissões, pode convocar o Secretário Municipal para, no prazo de oito dias, pessoalmente, prestar informações sobre assunto previamente determinado.
- D) A sessão legislativa só poderá ser aberta com a presença de no mínimo um quarto dos membros da Câmara.
- E) A mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários eleitos para o mandato de um ano.

Questão 18

De acordo com a Lei Municipal n.º 2.103/2007, que instituiu as Diretrizes do Plano Diretor Municipal de Clevelândia, “macrozoneamento é o estabelecimento de áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação do solo visando dar a cada região melhor utilização em função das diretrizes de crescimento, da mobilidade urbana, das características ambientais e locacionais, objetivando o desenvolvimento harmônico da comunidade e o bem-estar social de seus habitantes”. Qual macrozona compreende as faixas ao longo dos fundos de vale do Município, destinadas à proteção das matas ciliares?

- A) Macrozona de Preservação Permanente.
- B) Macrozona Urbana.
- C) Macrozona de Manejo Controlado.
- D) Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Econômico.
- E) Macrozona Rural.

Questão 19

Segundo a Lei Municipal n.º 2.103/2007, a qual conceito corresponde: “conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, melhorias de infraestrutura e viário, ampliação dos espaços públicos e valorização ambiental, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado”?

- A) Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança.
- B) Consórcio Imobiliário.
- C) Operações de Ocupação do Solo.
- D) Relatório de Impacto de Vizinhança.
- E) Operações Urbanas Consorciadas.

Questão 20

Em relação ao Conselho Municipal de Planejamento, conforme disposto na Lei Municipal n.º 2.103/2007, é correto afirmar que:

- A) as reuniões do Conselho são públicas, mas não é facultado aos munícipes solicitar que se inclua assunto de seu interesse na pauta.
- B) seus membros titulares e suplentes são nomeados pela Câmara Municipal e aprovados pelo Prefeito.
- C) os membros do Conselho Municipal de Planejamento são remunerados para exercer seus mandatos.
- D) o Conselho é composto por doze membros efetivos.
- E) o mandato dos membros do Conselho é de 4 (quatro) anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

O art. 37 da Constituição Federal traz os princípios que a Administração Pública deverá obedecer. Além destes princípios o referido artigo traz outras obrigações a serem respeitadas pela Administração Pública, dentre as quais:

- A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas a brasileiros.
- B) o prazo de validade dos concursos públicos é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- C) o servidor público civil será obrigado a se associar ao sindicato de sua categoria funcional.
- D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- E) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 22

O art. 7º da Constituição Federal relaciona alguns dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Alguns destes direitos aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público, nos termos constantes do § 3º, do art. 39, da Constituição Federal. Assinale a alternativa que contempla um destes direitos trabalhistas aplicáveis a servidores ocupantes de cargo público.

- A) Seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- B) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- C) Remuneração do trabalho noturno superior a do diurno.
- D) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.
- E) Remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento a do normal.

Questão 23

Sobre a composição do Supremo Tribunal Federal assinale a alternativa correta.

- A) Compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- B) Compõe-se de sete Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- C) Compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- D) Compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- E) Compõe-se de sete Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Questão 24

A Constituição Federal estabelece de maneira expressa a competência para instituir tributos. Assinale a alternativa que contempla apenas impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal.

- A) Imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre propriedade territorial rural.
- B) Imposto sobre propriedade de veículos automotores e imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
- C) Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana e imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- D) Imposto sobre propriedade territorial rural e imposto sobre transmissão *inter vivos* a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis.
- E) Imposto sobre serviços de qualquer natureza e imposto sobre renda e provento de qualquer natureza.

Questão 25

O direito administrativo é um ramo do Direito que não possui codificação, motivo pelo qual os princípios se revestem de grande importância. Ao comentar um dos princípios da Administração Pública, Odete Medauar (*in* Direito administrativo moderno. 15 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011) assim considera: “segundo tal princípio, é vedado à autoridade administrativa deixar de tomar providências ou retardar providências que são relevantes ao atendimento do interesse público, em virtude de qualquer outro motivo”. A que princípio se refere a autora?

- A) Princípio da legalidade.
- B) Princípio da proporcionalidade.
- C) Princípio da indisponibilidade do interesse público.
- D) Princípio da publicidade.
- E) Princípio da eficiência.

Questão 26

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*in* Direito Administrativo. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006) a desapropriação “é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização”. Sobre a desapropriação assinale a alternativa correta.

- A) A modalidade de desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana é de competência comum do Estado e da União.
- B) A modalidade de desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural não pode incidir sobre a pequena propriedade rural, ainda que seu proprietário possua outra.
- C) No processo judicial de desapropriação somente poderão ser objeto de decisão do Poder Judiciário questões relativas à existência ou não de utilidade pública ensejadora da desapropriação.
- D) Para fins de reforma agrária a desapropriação de imóveis rurais é de competência privativa da União.
- E) A desapropriação depende da vontade do particular que será expropriado.

Questão 27

Celso Antônio Bandeira de Mello (*in* Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006) conceitua ato administrativo como sendo a “declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes – como, por exemplo, um concessionário, de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional”. Em relação às formas de extinção do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) Pelo cumprimento de seus efeitos, quando se tratar de um ato administrativo eficaz.
- B) Pela revogação, que ocorre por razões de ilegalidade do ato administrativo.
- C) Pela cassação, em que a retirada do ato administrativo se dá por razões de oportunidade e conveniência da Administração Pública.
- D) Pela renúncia, que ocorre por sobreposição de norma jurídica que tornou inadmissível a situação gerada pelo ato.
- E) Pela caducidade, quando o beneficiário abre mão de uma vantagem da qual desfrutava.

Questão 28

Sobre o processo administrativo assinale a alternativa correta.

- A) É legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
- B) As licitações e os concursos públicos são considerados processos administrativos de gestão.
- C) Para atender ao princípio da razoável duração do processo administrativo é aceitável sacrificar o contraditório e a ampla defesa.
- D) Em processos administrativos disciplinares o contraditório e a ampla defesa somente são obrigatórios quando a conduta investigada for passível de penas graves.
- E) A decisão e sua formalização não se constituem em fases do processo administrativo, posto que o mesmo possui apenas duas fases, quais sejam, a inicial e a preparatória.

Questão 29

A Lei n.º 12.016, de 07 de agosto de 2009, disciplina o Mandado de Segurança individual e coletivo. Ao despachar a inicial, dentre outras medidas o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial para que preste informações. Em que prazo a autoridade coatora deverá prestar as informações solicitadas pelo juiz?

- A) 10 dias.
- B) 10 dias úteis.
- C) 15 dias.
- D) 15 dias úteis.
- E) 30 dias.

Questão 30

Sobre o Mandado de Segurança assinale a alternativa correta.

- A) Cabe Mandado de Segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de concessionárias de serviço público.
- B) Não é permitido, em qualquer hipótese, impetrar Mandado de Segurança por fax ou meio eletrônico, ainda que de autenticidade comprovada.
- C) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação.
- D) O direito de requerer Mandado de Segurança se extinguirá decorridos 30 (trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- E) No processo de mandado de segurança é cabível a interposição de embargos infringentes, bem como a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Questão 31

A Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal traz em seu art. 14 considerações acerca da renúncia de receita, assim disposto:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I. demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

Este mesmo artigo dispõe no § 1º sobre situações que configuram renúncia de receita. Assinale a alternativa que **não se aplica** o disposto neste artigo:

- A) Crédito presumido.
- B) Cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- C) Anistia.
- D) Remissão.
- E) Concessão de isenção em caráter não-geral.

Questão 32

A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Sobre licitação assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.
- B) É vedada a inclusão no objeto da licitação de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades.
- C) Não poderá participar da licitação servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- D) As obras e serviços, ainda que destinados aos mesmos fins, não poderão ter projetos padronizados por tipos, categorias ou classes.

- E) Para os fins da lei de licitações os trabalhos relativos a pareceres e perícias são considerados, dentre outros, serviços técnicos profissionais especializados.

Questão 33

Assinale a alternativa que traz um dos casos de dispensa de licitação.

- A) Na contratação de instituição brasileira incumbida regimentalmente ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
- B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior, ainda que exista prazo e condições para sua repetição sem prejuízos para a Administração.
- C) Quando houver inviabilidade de competição.
- D) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela opinião pública.
- E) Para contratação de serviços comuns.

Questão 34

Segundo a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da referida lei. Que prazo terá para protocolar o pedido?

- A) 2 (dois) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.
- B) 3 (três) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.
- C) 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.
- D) 10 (dez) dias a partir da publicação do edital.
- E) 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Questão 35

Para habilitação nas licitações se exigirá dos interessados documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e cumprimento das restrições constitucionais ao trabalho do menor. Assinale a alternativa que contempla documentação relativa à habilitação jurídica.

- A) Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- B) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- C) Certidão negativa de falência.
- D) Prova de inscrição no cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- E) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

Questão 36

Para Odete Medauar (*in* Direito administrativo moderno. 15 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011) os contratos administrativos são aqueles celebrados pela Administração, norteados pelo direito público. Segundo o art. 56, da Lei n.º 8.666, de 1993, a critério da autoridade competente e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Sobre esta garantia assinale a alternativa correta.

- A) A garantia não poderá exceder a 3% (três por cento) do valor do contrato.
- B) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, não sofrerá atualização monetária.
- C) Para obras de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, o limite da garantia poderá ser de até 7% (sete por cento).
- D) A lei de licitações prevê as seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária.
- E) Não há previsão na lei de licitações que possibilite a Administração reter a garantia prestada.

Questão 37

Sobre contratos administrativos assinale a alternativa correta.

- A) São cláusulas exorbitantes aquelas que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes, no caso à Administração, em relação à outra.
- B) Nos contratos celebrados pela Administração com pessoas jurídicas domiciliadas no estrangeiro não deve ser exigida cláusula sobre foro.
- C) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- D) A declaração de nulidade do contrato administrativo não se opera retroativamente.
- E) Quando devidamente justificado é permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado.

Questão 38

Em atenção ao princípio da publicidade há necessidade de publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na Imprensa Oficial, como condição para sua eficácia. Em que prazo a Administração deverá providenciar a referida publicação?

- A) Até o terceiro dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- B) Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
- C) Até o décimo dia do mês seguinte ao de sua assinatura.
- D) Até dez dias úteis após sua assinatura.
- E) Até quinze dias após sua assinatura.

Questão 39

Uma das prerrogativas da Administração Pública, prevista no art. 65, I, da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, é a possibilidade de alteração unilateral dos contratos. Assim, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais acréscimos e supressões em até que percentual?

- A) Até 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- B) Até 10% (dez por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- C) Até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- D) Até 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- E) Até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Questão 40

A Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não estará sujeito às cominações da Lei n.º 8.429, de 1992.
- B) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, permitir ou facilitar a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- C) O responsável pelo ato de improbidade estará sujeito às cominações previstas na Lei n.º 8.429, de 1992, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- D) Constitui ato de improbidade administrativa, que causa lesão ao erário, adquirir para si ou para outrem, no exercício de mandato, bens de qualquer natureza, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou renda do agente público.
- E) Somente o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.